



PARA QUÊ CRIAR MAU AMBIENTE?

WWW.PALP.PT | PALPALGARVE@GMAIL.COM

É urgente que em Portugal, o Parlamento e o Governo assumam diversas medidas para lutar contra as Alterações Climáticas e proteger a Biodiversidade.

Apresentamos "**10 acções que Portugal tem que cumprir na defesa do Ambiente e pela mitigação das Alterações Climáticas**":

1. Eliminar a "Lei das Petrolíferas" (Decreto-lei nº 109/94) actualmente em vigor;
2. criar mecanismos de salvaguarda do Estado que permitam romper contratos e impeçam as companhias de processar o Estado português, caso sejam identificadas, depois da assinatura desses contratos, razões/factos que mostram que estes favorecem as companhias em detrimento do património ambiental e direitos da população;
3. reduzir o consumo de hidrocarbonetos nos vários sectores, desde a indústria aos transportes, cumprindo o objectivo da descarbonização e sustentabilidade, e redução da nossa dependência de importações que, segundo dados oficiais, foi de 77% em 2018;
4. despromover o uso de gás natural, identificado como um dos principais emissores de gases com efeito de estufa, não pode ser uma alternativa. Como tal deverão legislar no sentido de garantir o cancelamento de todas as propostas de expansão de gasodutos, em território português ou de ligação à rede de Espanha, e tomar medidas para que se reduza drasticamente o número de carregamentos de gás natural liquidificado no Porto de Sines;
5. fechar as 2 centrais termo-eléctricas de carvão, em Sines e no Pego, até de acordo com as últimas declarações do Primeiro Ministro proferidas após tomada de posse do novo governo;
6. aprovar legislatura e incentivos fiscais que permitam, a auto-geração de electricidade por fontes renováveis, incluindo o incentivo ao estabelecimento de comunidades, municipalidades e cooperativas energéticas, na senda do que promovem muitos países da C.E., como por exemplo a Alemanha, a Holanda, a Espanha, o Reino Unido; bem como providenciar mecanismos jurídicos facilitadores inclusive para que os municípios, proprietários da rede de distribuição, possam gerir o processo de produção e distribuição de electricidade de baixa e média tensão;

7. promover um plano de mobilidade que trave a expansão desenfreada de portos marítimos e aeroportos, sendo estes 2 sectores aqueles cujas emissões de gases de efeito de estufa mais aumentaram nos últimos anos. A ideia de construir um novo aeroporto (Montijo) no meio do estuário vai em clara contra corrente a tudo o que tem sido feito na União Europeia. E que torne o uso do transporte marítimo mais racional e ecológico, bem como a criação de incentivos ao transporte por ferrovia (que deve ser pública, livre de PPPs e inalienável)- quer para mercadorias, quer parapassageiros, apostando igualmente no transporte colectivo, para que se construa uma mobilidade verdadeiramente sustentável.
8. elaborar medidas legislativas que apoiem e promovam uma produção/distribuição de produtos locais e consumo sustentável, minimizando as dependências dos combustíveis fósseis e das importações.
9. reavaliar o impacto da exploração de lítio, considerando as diversas possibilidades de alternativa que se encontram em fase de desenvolvimento e aplicação industrial, pelo mundo fora, e que o tipo de reservas (geomorfologia) que Portugal tem, dificilmente permite que a exploração seja isenta de enormes impactos nos ecossistemas das regiões, incluindo o facto de serem minas a céu aberto, com enormes volumes de emissões de GEE. Ver o relatório recente da Quercus¹:
10. proteger a água, que tal como a energia faz parte de direitos básicos à subsistência e qualidade de vida, pelo que a sua protecção é incontornável, sobretudo num contexto de ruptura climática e cenários de seca, ou de inundações súbitas, mas também assegurar a sua inalienabilidade. Num cenário de ruptura climática com previsões de secas e inundações repentinas, as barragens são essenciais, até para a segurança do País não ficar dependente de outros

Para que tudo isto se realize durante a próxima década (aquela em que, segundo o mais recente relatório do IPCC, se vai decidir se conseguimos de facto evitar os efeitos mais drásticos das alterações climáticas e manter o aquecimento global algures entre 1.5°C e 2°C, tal como decidido no Acordo de Paris), precisamos duma democracia mais aberta, participativa, inclusiva, transparente e justa, que reconheça a vontade das populações locais, a solidariedade intergeracional e a integridade e diversidade da Natureza.

A mudança necessária requer o compromisso e responsabilidade de todos.

A Palp encontra-se totalmente disponível para colaborar na procura das soluções.

Pela Plataforma Algarve Livre de Petróleo

¹“O Custo Ambiental do Lítio Português”, Pedro S. Santos, Quercus, 23 de agosto de 2019. <https://drive.google.com/file/d/1JanAcMrrXRtHvcaE0-6flsQz9aBqAAAsH/view>